



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Dilemas historiográficos sobre a decadência de um império: o “ocaso” do Estado da Índia (séc. XVI e XVII)

Giovani Dias Pereira¹

Resumo: O objetivo desse trabalho é apresentar e problematizar algumas das principais interpretações historiográficas sobre a decadência do Estado da Índia, elencando autores que constituam uma amostra representativa das teses mais difundidas sobre o assunto. Nesse esforço, buscaremos correlacionar os discursos que a historiografia produziu sobre o tema com as influências do contexto histórico vivido por seus autores, construindo um quadro que demonstre a existência de dois momentos históricos distintos. O primeiro, entre meados do século XIX e meados do século XX, foi caracterizado por uma historiografia mais preocupada em explicar a decadência portuguesa do presente a partir das vicissitudes do passado. O segundo, que se estabeleceu a partir de meados do século XX, diversificou abordagens e esquemas explicativos, sem contudo, fugir totalmente a certos atavismos do momento anterior, tal como a insistência nos “vícios” da administração colonial portuguesa.

Palavras-chave: Estado da Índia, História Colonial Portuguesa, companhias comerciais.

Abstract: The aim of this work is to present and to problematize some of the main historiographical interpretations about the decadence of State of India, listing authors who constitute a representative sample of the most widespread theses on the subject. In this effort, we will try to correlate the discourses that the Historiography produced on the theme to the influences of the historical context lived by its authors, constructing a picture that demonstrates the existence of two different historical moments. The first one, between the mid-nineteenth and mid-twentieth centuries, was characterized by a more concerned historiography in explaining the Portuguese decadence of the present from vicissitudes of the past. The second one, which began in the mid-twentieth century, diversified approaches and explanatory schemes, but did not entirely escape from certain atavisms of the previous moment, such as the insistence on the "vices" of the Portuguese colonial administration.

Keywords: State of India, Portuguese Colonial History, commercial companies.

A viagem de Vasco da Gama para além do Cabo da Boa Esperança inaugurou um novo capítulo na história da expansão ultramarina portuguesa. Em agosto de 1499 – portanto, logo após o retorno do navegador a Portugal –, D. Manuel I escreveu uma carta ao Cardeal-Protetor de Portugal em Roma², a fim de dar notícias do feito português ao papado. Nela, o monarca lusitano intitulou-se, com alguma razão, “Senhor da Guiné e da conquista, navegação e

¹ Especialista em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: geovani.dias@ymail.com

² Nessa carta o monarca português instava o Cardeal D. Jorge da Costa (o Alpedrinha) que obtivesse junto ao Papa Alexandre VI (nascido “espanhol” Rodrigo Bórgia) a confirmação das bulas e breves existentes, por meio dos quais se tinham concedido à Coroa de Portugal, perpetuamente, a suserania e o domínio sobre todas as terras recém-descobertas. (BOXER, 2008, p. 53).

comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”. Tamanha confiança demonstrada pelo rei português pode enganar os mais desavisados, levando-os a concluir que o monarca já antevia, naquele momento, a grandiosidade que sua empresa de conquista alcançaria em terras e mares asiáticos. Contudo, é notável recordarmos que, naquele mesmo momento, não havia um único navio português a leste do Cabo da Boa Esperança (BOXER, 1982, p. 13).

Muitas eram as incertezas que cercavam os desdobramentos da chegada dos portugueses à Calicute. Apesar delas, os lusos se espalharam pelo Índico como “um polvo”, abraçando com seus tentáculos tudo o que puderam (BAIÃO, 1939, p. 120). Ergueu-se assim o “Estado da Índia”, um vasto império marítimo-comercial formado por colônias e feitorias salpicadas pelas orlas do Índico e do Pacífico³. Entretanto, no momento em que o Estado da Índia parecia consolidado, novos atores europeus surgiram no teatro político asiático – as Companhias Inglesa (1599) e Holandesa (1602) das Índias Orientais. A concorrência comercial e militar empreendida por essas companhias foi bastante desfavorável aos portugueses, provocando a perda gradual e contínua de muitas das colônias e feitorias estabelecidas no período anterior (CHAUDHURI, 1998, pp. 85-92)⁴.

O Estado da Índia se encontrava numa situação política bastante difícil em meados do século XVII, o que foi compreendido por vários autores como sinal de sua decadência. Aliás, o tema da decadência tem sido uma obsessão da historiografia portuguesa, numa toada que remonta aos escritos de muitas das personagens que teriam “vivido a queda”, nos quais aparecem com frequência agudas críticas a esse estado de coisas. O objetivo desse trabalho é

³ As possessões portuguesas do Estado da Índia compreendiam territórios que iam de Quíloa e Sofala, na África Oriental, até Nagasáqui, no Japão, passando por lugares tão distintos como Socotra (no Mar Vermelho); Ormuz (no Golfo Pérsico); Diu, Cochim e Goa (na Índia); Ceilão; Malaca (na península malaia); Amboíno e Timor (nas Ilhas Molucas); e Macau (na China).

⁴ Nas ilhas das especiarias (as Molucas) viria a primeira capitulação de uma fortaleza portuguesa para um rival europeu: Amboíno, tomada pelos holandeses da VOC (*Verenigde Oost-Indische Compagnie*) em 1605. Outras derrotas viriam na Insulíndia, até que em 1619 o projeto holandês seria consolidado com a construção da colônia da Batávia (atual Jacarta, na ilha de Java). Após a Insulíndia, os holandeses se voltariam para a península malaia, onde empreenderiam cercos a Malaca (em 1606, 1629 e em 1640-1641, quando a cidade finalmente capitulou); também se voltariam para o mar da China (cercos a Macau em 1622 e 1626, sem sucesso) e para o Japão (onde obteriam o monopólio do comércio exterior nipônico, até então lusitano, após a expulsão dos portugueses em 1638). No Ceilão, alianças com reinos locais levariam as fortalezas portuguesas a caírem uma a uma em vinte anos: Bataicala, Trincomale (em 1638); Negombo, Gale (em 1640); Colombo (em 1656); Jaffna e Manar (em 1658). Nas duas costas indianas, entre 1658 e 1663, seria a vez de Tuticorim, Negapatão, São Tomé de Meliapor, Cananor, Coullão e Cochim. Nem mesmo a cabeça do império sairia ilesa: Goa sofreria bloqueios navais constantes dos batavos, especialmente entre 1636 e 1644. Enquanto isso, os ingleses da EIC (*East India Compagnie*) estabeleciam, em 1611, sua feitoria em Surate, porto mogol no golfo de Cambaia. Pressionados pelos portugueses, resistiram às suas investidas, infringindo uma dura derrota aos lusos em 1614. Em 1622, uma aliança militar com os persas lhes permitiria expulsar os portugueses de Ormuz, o que trouxe grandes vantagens comerciais para a Inglaterra. Além das derrotas para os rivais europeus, muitas também foram as perdas para as forças orientais: a queda de Sirião para a dinastia birmanesa Taung-Ngu (em 1612); de Ugulim para o governador mogol de Bengala (em 1632); de Mascate para os Omanitas (em 1650); dos fortes portugueses no Canará (Mangalor, Onor e Barcelor), para o reino hindu de Ikkeri (em meados de 1650).

apresentar e problematizar algumas das principais interpretações historiográficas em relação ao tema, catalogando autores que constituam uma amostra representativa das teses mais difundidas sobre o assunto. O ofício do historiador, que “não pode evitar olhar o passado de um ponto de vista particular” (BURKE, 1992, p.15), permite a correlação entre os discursos da historiografia, o contexto histórico de produção desse discurso, e o lugar social ocupado por seus autores no momento de sua produção (CERTEAU, 1982, pp. 66-67). Dessa forma, podemos analisar as condições de possibilidade do discurso historiográfico enquanto um saber contido em um espaço sistêmico singular, que pode ser datado e analisado em sua historicidade, e cujas enunciações devem ser consideradas a partir de condições históricas associadas ao seu surgimento e legitimação (FOUCAULT, 2008, pp. 143-149).

Em função do escopo deste trabalho, não pretendemos esgotar as abordagens sobre o assunto, tampouco apresentar uma amostra que represente um panorama definitivo da historiografia sobre a Ásia Portuguesa nos Seiscentos⁵. Contudo, procuramos produzir uma amostra que pudesse apresentar as correntes explicativas mais difundidas sobre o assunto, além de conter autores que tivessem produzido ou participado de obras de grande visibilidade e/ou que tivessem exercido influência na obra e no pensamento de outros autores.

A ausência de autores brasileiros nessa coletânea não representa o total desinteresse de nossa historiografia pelo tema. Contudo, ainda são poucos e recentes os estudos de brasileiros sobre a Ásia Portuguesa. Menos numerosas ainda são as linhas desses estudos dedicadas à análise da difícil situação política do Estado da Índia no século XVII – tema que aparece frequentemente de forma incidental nessas obras^{6 7}. Dessa forma, a despeito de reconhecermos um interesse crescente da historiografia brasileira pela Ásia Portuguesa, entendemos que sua contribuição ainda foi tímida para o debate historiográfico que é objeto de nossa análise, frente às contribuições de autores lusos e de outras nacionalidades.

⁵ Alguns dos autores e obras analisados foram selecionados a partir da leitura do capítulo “O estado da Índia no século XVII”, da tese de doutoramento “Cristandade insular”, da Professora Célia Tavares (2002, pp. 216-225).

⁶ A esse respeito, cito a já mencionada tese de doutoramento da professora Célia Tavares (2002), que se dedica à ordem dos jesuítas e sua presença no Estado da Índia; além da tese de doutoramento “A conversão das almas no Oriente”, da professora Patrícia Souza de Faria (2008), que analisa a obra dos franciscanos nesse mesmo espaço político. Ambas as obras concentram sua atenção nas ordens religiosas – sua história e sua teologia, sua estruturação no Oriente, sua presença em Goa, sua relação com as religiões nativas, sua dinâmica de poder com a Igreja e com as autoridades goesas –, e pouca atenção dispensam à análise da estrutura política do Estado da Índia, ou dos conflitos bélicos em que se envolveram os lusos no século XVII.

⁷ Além das teses de Tavares e Faria, outra importante obra da historiografia brasileira a abordar a dinâmica política do Estado da Índia no Seiscentos é o livro “Império de várias faces”, organizado pelos professores Ronaldo Vainfas e Rodrigo Bentes Monteiro (2009). Nesse livro, o tema é tratado em parte de dois de seus dezessete capítulos: “As guerras comerciais no século XVII: uma ‘longa guerra’ entre as potências europeias”, de Luiz Carlos Soares; e “Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII”, de Andréa Doré.

A tese “decadentista” do século XIX

Segundo Célia Tavares, certo pessimismo tem impregnado a historiografia portuguesa desde o século XIX, e reforçado a tese da decadência do Estado da Índia (TAVARES, 2002, p. 219). Essa tese, filha do século do pessimismo romântico, nasceu embebida de um discurso, senão totalmente descrente do sentido útil que a expansão ultramarina tivera sobre o desenvolvimento ulterior de Portugal, ao menos crítico sobre a forma como as riquezas geradas por esse empreendimento foram ou não investidas em proveito da Nação. Ao olhar para o passado, escreveu uma História no presente, prolongando para séculos anteriores a sensação de decadência que se vivia no Portugal de então. Vários foram os nomes representativos dessa corrente de pensamento – quase todos, em menor ou maior medida, influenciados por Alexandre Herculano (1810-1877) e sua tese sobre o efeito da expansão portuguesa na decadência moral do povo português (CRUZ, 1998, p. 12).

Herculano foi a síntese entre a visão romântica da historiografia oitocentista e o rigor metodológico da corrente historicista. Sua produção historiográfica divide a história nacional portuguesa em dois grandes ciclos: a fase de fundação da nacionalidade – à qual ele se refere como “o apogeu do reino português”, na Baixa Idade Média; e a fase seguinte, marcada pelo alargamento dos descobrimentos e pelo concomitante fortalecimento do absolutismo monárquico – período que dera início à decadência nacional, íntima (e paradoxalmente) ligada a esses dois processos. Para o autor, a primeira metade do século XVI teria sido marcada pelo paradoxo entre a atuação de homens criados no século anterior, e a mutação em processo na energia moral desses homens, que decaía à medida que o absolutismo régio e a expansão ultramarina tomavam corpo (HERCULANO, 1998, p. 323, 325, 337-338).

O Rei D. Manuel, ao conduzir uma política que substituía a agricultura pelo comércio, teria lançado as bases do desenvolvimento nacional sobre a incerteza dos oceanos e do exclusivo comercial da Coroa. O erro da monarquia absoluta seria confundir seu esplendor – obtido por meio das conquistas ultramarinas – com a glória do Estado, esgotando o país com esforços superiores às suas capacidades na conquista de terras longínquas (HERCULANO, 1998, p. 341) (*Apud*. CRUZ, 1998, pp. 16-17). Dessa forma, para Herculano os descobrimentos teriam destruído as bases econômicas da nação portuguesa. Sua riqueza passageira, obtida à custa de crimes bárbaros perpetrados em terras que Portugal deveria civilizar, corrompera os costumes e a firmeza moral do povo português, destruindo seus hábitos de trabalho e entorpecendo a energia nacional (*Apud* CRUZ, 1998, pp. 17-19).

[Inglaterra e Holanda] representaram neste horrível drama o papel de espectadores romanos assentados nos degraus de um circo; nós, o de gladiadores. No fim do espetáculo elas voltaram o polegar para a terra em sinal de desaprovação. A pateada era justa: tínhamos caído mal. (HERCULANO, 1998, p. 341).

Influenciado por Herculano, Antero de Quental (1842-1891) é outro grande exemplo do pessimismo que se instalou não somente na historiografia, mas também na literatura e na filosofia portuguesas do século XIX. Tal qual Herculano, Quental atribui um caráter moralmente superior à geração que iniciou as conquistas na Ásia, enquanto “as seguintes, que o deviam consolidar, fanatizadas, entorpecidas, impotentes, não souberam compreender nem praticar aquelle espírito tão alto e tão livre: desconhecaram-no, ou combateram-no” (QUENTAL, 1871, pp. 5-6 e 15-16). Por esse motivo, a decadência dos povos da Península Ibérica tornara-se um dos fatos mais evidentes e incontestáveis da história desses povos.

Para o autor, houve uma “revolução funesta” na península ao longo do século XVI, consubstanciada em três campos: o do pensamento, o político, e o do trabalho. Em relação ao primeiro campo, Quental opõe com frequência a liberdade moral das religiões reformadas ao arcaizante catolicismo tridentino, cuja perseguição inquisitorial contribuíra para o insucesso do ideal civilizatório da expansão portuguesa. No tocante aos acontecimentos políticos, o autor enfatiza o efeito negativo do estabelecimento do absolutismo monárquico, que teria submetido à ruína as liberdades locais; permitido a concentração de “riqueza faustosa e estéril” nas mãos da nobreza; ignorado o povo, oprimindo-o com a carestia dos alimentos; e impedido a ascensão da classe média – e por consequência, da burguesia, a classe moderna por excelência. Ao discorrer sobre a terceira “revolução funesta”, Quental salienta o impacto negativo que as conquistas tiveram sobre o mundo do trabalho português: o espírito guerreiro das conquistas seria avesso ao trabalho; portanto, antiprodutivo. Dessa forma, ele relaciona os problemas econômicos de Portugal oitocentista com sua expansão ultramarina, responsável por transformar o português, de agricultor e proprietário, em soldado e aventureiro. Assim, o autor conclui que as conquistas ultramarinas, além de corromperem o espírito moral dos portugueses, tiveram efeito desarticulador sobre a economia lusitana, por esvaziar os campos e desviar das atividades produtivas as rendas da conquista (QUENTAL, 1871, pp. 19-42).

Outro autor destacado desse período foi Oliveira Martins (1845-1894), que em sua “História da Civilização Ibérica” (MARTINS, 1987) escreveu um capítulo inteiro intitulado “Causas da decadência dos povos peninsulares”. Nesse capítulo, Martins trata principalmente dos efeitos que as descobertas tiveram nas nações ibéricas e na Europa como um todo. Utilizando como fonte um vasto corpo de cartas, relatos de cronistas, além de obras de personagens do passado, Martins se dedica a desenvolver mais substancialmente os argumentos

de Herculano e Quental, buscando no início do processo de conquista das Índias os germes de sua decadência ulterior. Apesar de esse capítulo estar numa sessão da obra destinada ao império espanhol, o autor generaliza a maior parte de suas conclusões aos portugueses, irmanando lusos e espanhóis nos infortúnios do passado (e do presente) (MARTINS, 1987, pp. 232-250).

A principal conclusão de Martins anuncia o efeito desorganizador que as conquistas ultramarinas tiveram nas economias ibéricas, sobretudo na produção agrícola. Para ele, as conquistas teriam levado espanhóis e portugueses a negligenciarem seus interesses econômicos em solo europeu, dedicando-se cada vez mais à exploração das terras descobertas e cada vez menos a atividades produtivas em suas próprias terras. Para defender sua tese, Martins cita dados e relatos que atestariam o efeito desorganizador das conquistas asiáticas no erário real, caracterizando-as como uma sangria de recursos essenciais, inclusive para a manutenção das praças africanas. Além disso, o autor constata uma perniciosa inversão do sentido do comércio internacional de gêneros alimentícios em Lisboa: antes exportados, agora eram importados e carregados nas mesmas naus estrangeiras que vinham buscar a pimenta do Malabar nos depósitos da Casa da Índia (MARTINS, 1987, p. 232 e 239).

Talvez o ponto mais interessante em Martins seja sua defesa de que os ibéricos não tinham “gênio” para atividades financeiras e mercantis, profundamente impulsionadas pelas descobertas ultramarinas. Essa inaptidão ibérica propiciaria o deslocamento da hegemonia europeia para as nações protestantes do Mar do Norte por seu maior tino para o exercício das atividades utilitárias. (MARTINS, 1987, p. 234 e 240-250).

A historiografia portuguesa do início do século XX

As teses sustentadas pela “historiografia da queda” tiveram grande repercussão no meio acadêmico português. Além disso, o contexto histórico de agravamento da instabilidade política de Portugal forneceu um cenário propício para o florescimento desse discurso decadentista. Contudo, alguns autores do século XX procuraram extrair-lhe o verniz de pessimismo romântico, dando-lhe um caráter menos subjetivo.

Segundo Luiz Filipe Thomaz, foi António Sérgio (1883-1969) quem de fato abriu o caminho para uma interpretação não-romântica da história da expansão portuguesa (THOMAZ, 1994, p. 15). Nascido em Damão – um dos resquícios da Ásia Portuguesa de então –, António Sérgio era um homem de produção intelectual ampla e diversificada. Autodefinido como um partidário de filósofos idealistas (Platão, Descartes, Kant), suas preocupações políticas e acadêmicas se concentraram na problemática da cidadania e da educação. A História era para

ele um instrumento pedagógico: referia-se muitas vezes aos “espectros” que rondavam a História de Portugal, e que precisavam ser exorcizados, pois ofereciam obstáculos aos seus ideais de formação da cidadania (FALCON, 1988, 86-87).

A História de António Sérgio procurou chamar atenção para os condicionalismos econômicos, razão por que muitos a interpretaram como pura expressão do materialismo histórico. Apesar disso, autores como Thomaz ressaltam a influência que as teses de Sérgio teriam na historiografia marxista portuguesa ulterior, seja por defender teses por si só contestárias para o momento em que vivia, seja por uma tendência ao determinismo econômico (THOMAZ, 1994, pp. 15-16).

Em “Breve interpretação da História de Portugal”, escrita em 1932 e publicada postumamente em 1972, Sérgio não ultrapassa o esquema fundamental de Oliveira Martins: havia um déficit crônico no Estado da Índia, de efeitos desarticuladores sobre o setor produtivo nacional, ao mesmo tempo em que incentivava o das nações estrangeiras. Assim, quando a União Ibérica fizera ingleses e holandeses caírem sobre os domínios lusos, o reino português se tornara incapaz de resistir à concorrência de suas companhias comerciais.

Apesar, pois, de toda a riqueza da pimenta, “lume dos olhos de Portugal”, a administração financeira era sempre deficitária [...] Os portugueses traziam à Casa da Índia os produtos orientais [...] [tomando] para si a parte difícil, arriscada e dispendiosíssima do Transporte, deixando aos outros o melhor proveito. Além disso, levavam à Índia os produtos fabris do estrangeiro, e não produtos seus, pois que os não tinha para tal fim. [...] Toda a riqueza do Oriente só passava por Portugal [...] As fomes sucediam-se e era necessário endividar-se a Coroa para comprar cereais no mercado de Flandres. (SERGIO, 1979, pp. 72 e 96)

Por outro lado, Sérgio também chama a atenção para dois fatores não-econômicos relevantes nesse processo. O primeiro era a Inquisição, cuja ferocidade teria afugentado para os países do Norte o capital judeu. O segundo, não menos importante, era a voracidade da própria empresa mercantil, a qual originava guerras endêmicas que drenavam o cada vez mais desfalcado cofre português. (SERGIO, 1979, pp. 97 e 99)

João Lúcio de Azevedo (1855-1933) também defendia que o Estado da Índia não se pagava. Em “Épocas de Portugal Econômico”, originalmente publicado em 1929, o autor fez um levantamento exaustivo de uma série de documentos que reforçam minuciosamente a empiria de sua abordagem econômica, tais como documentos fiscais da Casa da Índia, livros de contas da Fazenda de Lisboa e de Goa, recibos de títulos de dívida pública, além de alvarás e ordenações que estabeleciam e regulavam a emissão desses títulos, bem como as que suspendiam seus pagamentos. Segundo o autor, os lucros exorbitantes obtidos na primeira

década da empreitada advinham, sobretudo, da atividade corsária e dos saques, e não do comércio de especiarias, cuja margem de lucro, mesmo que considerável, não se lhes igualava. Contudo, os prospectos de lucros exorbitantes com o comércio da pimenta do Malabar teriam deslumbrado o rei e a nação, levando-os a manter o Estado que seria construído em torno desse comércio (AZEVEDO, 1947, p. 107 e 150-151).

Azevedo chega à conclusão de que Portugal era incapaz de manter por si só a estrutura administrativa do Estado da Índia. Dessa forma, o tesouro real se via obrigado a recorrer à ajuda de particulares e a empréstimos, ambos com impacto negativo nas finanças régias. Os empréstimos elevavam exponencialmente os gastos reais, e só podiam ser pagos mediante mais empréstimos, num círculo vicioso sem fim. Muitos particulares, por seu turno, obtinham cargos da administração sem remuneração, como mercê régia, e se pagavam de seus serviços com o desvio de receitas preciosas ao erário real. “A ilusão dos primeiros tempos dissipou-se, e Portugal, acorrentado à sua obra, foi-se dessangrando de homens e cabedais, em proveito dos ávidos aventureiros que exploravam a conquista” (AZEVEDO, 1947, p. 151).

Advogando a tese de uma contradição básica entre um império asiático hipertrofiado e uma sede metropolitana desproporcionalmente fraca e pobre, Jaime Cortesão (1884-1960) também enxergou na grande expansão portuguesa da primeira metade do século XVI a semente para a “catástrofe” do século seguinte. Contudo, para ele o problema residia na dispersão das escassas forças dos lusos, cuja expansão colonial indefinida tinha o defeito geral de enfraquecer as posições já conquistadas, deixando-as vulneráveis a agressões locais (CORTESÃO, 1933, p. 324 e 335).

No início da década de 1930, na mesma época em que publicou “História da expansão portuguesa”, Cortesão escreveu um capítulo para o quinto volume da grande obra coletiva “História de Portugal”, dirigida por Damião Peres (1933). Nesse capítulo, intitulado “Domínio ultramarino”, o autor escreveu sobre os domínios portugueses na orla do Índico, dando grande destaque às causas de seu “descalabro final”. Nesse texto, Cortesão delimita um longo período de decadência na Ásia Portuguesa, compreendido entre a ascensão ao trono do “rei desejado” (momento da expansão máxima do Estado da Índia) e a “queda teatral” ocorrida na época da Restauração Bragantina, entre 1637 e 1641 (ano da perda de Malaca para os holandeses). Dessa forma, Cortesão pretendeu opor-se a uma corrente historiográfica (cujo maior expoente seria Oliveira Martins) que atribuía a primazia do declínio português ao período filipino. Apesar disso, ele reconhece o efeito da desastrosa política externa filipina na exaustão dos poucos recursos de Portugal e na destruição do seu poderio naval, por envolver os portugueses em guerras endêmicas contra a Holanda e a Inglaterra. Além disso, chama a atenção para o

favoritismo que os Filipes demonstraram pelas possessões castelhanas de fundação em detrimento dos estabelecimentos portugueses (CORTESÃO, 1933, p. 319-320).

Por outro lado, Cortesão se opõe aos românticos do oitocentos ao negar que a empresa colonial na Ásia tenha nascido com o germe de sua queda. Contudo, ele é o primeiro autor importante a destacar a dependência dos portugueses do apoio político local, enfatizando sua carência de meios próprios suficientes para manter seu império asiático. Além disso, o autor evidencia o papel exercido pela intolerância religiosa no desencadeamento de uma onda de ódio dos nativos, em meados do século XVI. Essa onda teria motivado retaliações que minaram paulatinamente as forças do Estado da Índia, inclusive por meio de cortes no fornecimento de suprimentos e alimentos (CORTESÃO, 1933, pp. 323-335).

Cortesão procurou se utilizar de categorias teóricas caras ao pensamento marxista para explicar as relações estabelecidas entre as classes “nobre” e “burguesa” dentro do Estado moderno português. Segundo Cortesão, os membros do alto funcionalismo do Oriente eram quase todos recrutado na nobreza. A esse corpo de funcionários nobres, cuja virtude militar fora importante no período da conquista, seria interessante perpetuar um estado de guerra constante que permitisse transformar a administração portuguesa no Oriente num lento saque – o que causava uma progressiva perda de legitimidade do Estado da Índia diante das autoridades indígenas. Por outro lado, a burguesia metropolitana fora insuficientemente desenvolvida e abastada para empresa colonial, razão pela qual a Coroa e seu funcionalismo não se desincumbiram da direção dos negócios da Índia. Assim, por esse duplo movimento, o Estado da Índia acabaria por ser asfixiado pelo nanismo da burguesia e pela hipertrofia da nobreza na condução de seus negócios estratégicos (CORTESÃO, 1933, p. 336).

A “visão britânica” da decadência portuguesa

A produção historiográfica portuguesa durante as décadas de Salazar (1932-1968) viu-se limitada por constrangimentos e pelo exílio. O mesmo, contudo, não poderá ser dito da historiografia estrangeira que, à mesma época, se debruçou sobre o estudo do Estado da Índia. Nascida em contextos bem diferentes, essa historiografia trouxe abordagens de fora do mundo lusófono, contribuindo para o alargamento das possibilidades de discussão. Ao abordar o tema da decadência, centrou sua atenção no período compreendido entre o fim do século XVI e meados do XVII, evitando estabelecer uma “era de declínio” tal como o fizeram os autores portugueses. A União Ibérica e sua relação com a expansão anglo-holandesa foram eventos privilegiados em suas teses a respeito da decadência do império luso-asiático.

O britânico Charles R. Boxer (1904-2000) foi um dos grandes estudiosos a dedicar-se ao estudo dos empreendimentos imperiais europeus em outros continentes. Pouco afeito a análises arquitetadas a partir de um *corpus* conceitual estabelecido *a priori*, Boxer procurou um fazer historiográfico em que conceitos e argumentos explicativos se construíssem durante a análise exaustiva das fontes. A partir de um enorme corpo documental, Boxer estudou a temática imperial num período em que o movimento de descolonização despedaçava o que havia restado dos impérios erguidos não só por portugueses, mas também por holandeses e ingleses – impérios sobre cujo passado ele tanto escreveu (SCHNEIDER, 2011).

Em “O império marítimo português”, Boxer dedica o capítulo “A luta global contra os holandeses” à compreensão do impacto que as guerras coloniais tiveram na decadência do Estado da Índia. Nele, argumenta que as investidas de holandeses e ingleses, mesmo que precipitadas pela União Ibérica, seriam inevitáveis à medida que a pretensa hegemonia portuguesa a leste do Cabo fosse desafiada. A longa guerra colonial resultante assumiria a forma de uma disputa pela hegemonia de três circuitos mundiais de comércio: o das especiarias asiáticas, o do tráfico de escravos africanos e o do açúcar brasileiro. Apesar de destacar superioridades holandesas na “vertente asiática” da guerra (maiores poder naval, disponibilidade de recursos financeiros e de homens treinados para a guerra), Boxer rejeita a tese de um declínio dramático dos portugueses na Ásia. Em seu lugar, defende que houve um realinhamento das forças europeias na região, concomitante com o gradual deslocamento dos interesses portugueses para o Brasil. (BOXER, 2008, pp. 121-123 e 127-131).

Em “A Índia Portuguesa em meados do século XVII”, o autor destaca também alguns aspectos inerentes à organização portuguesa na Ásia para explicar sua derrocada ao longo do século XVII. Entre eles estão: o efeito negativo que a dispersão dos estabelecimentos portugueses tinha sobre suas forças de defesa; a obsessão da fidalguia na nomeação dos mais altos cargos militares (duas das teses de Cortesão); o excesso de confiança dos portugueses e sua demora na tomada de decisões; além da corrupção generalizada da administração, que comprometia a arrecadação e a eficiência do governo. Contudo, descarta a tese de Oliveira Martins de que os portugueses tinham menos tino para os negócios, lembrando-nos de que, em meio às pesadas crises das décadas de 1630 e 1640, muitos portugueses fizeram fortunas com o comércio asiático. Rejeita também a ideia de que o Estado da Índia fosse um fardo econômico que devia ser abandonado (BOXER, 1982, pp. 16-21 e 62-71).

Por fim, Boxer procura questionar como os portugueses conseguiram manter suas posições fundamentais diante de um inimigo melhor equipado e organizado. Nesse ponto, o autor vai de encontro às teses decadentistas, exaltando a capacidade de recuperação dos

portugueses diante das adversidades. Boxer nos chama a atenção para o fato de que os asiáticos preferiam negociar com os portugueses a fazê-lo com qualquer outra nação cristã, uma vez que eles estavam mais “enraizados” como colonizadores. Além disso, destaca a influência e o prestígio dos missionários católicos, sobretudo os jesuítas, o que jamais foi igualado pelos pregadores calvinistas (v. BOXER, 2007) (BOXER, 2008, pp. 134-138).

Outro “britânico” que se dedicou detidamente à História da Ásia Portuguesa foi o malaio Anthony Disney (1938-). Em “O declínio do império da pimenta”, Disney concentra sua atenção no comércio da pimenta do Malabar durante o início do século XVII. Logo no prefácio, afirma que a história do comércio da pimenta no subcontinente indiano tinha sido estranhamente esquecida pela historiografia portuguesa da época (DISNEY, 1981, p. 9), a despeito de esse comércio ter sido o principal alicerce do império comercial português. Com isso, procura justificar seu meticuloso estudo da estrutura do comércio da pimenta indiana, no qual dá especial destaque a levantamentos de receitas e despesas relacionadas aos estabelecimentos do Estado da Índia, em geral, e àqueles diretamente ligados à obtenção e transporte da pimenta negra, em particular.

Ao contrário de muitos dos autores portugueses anteriores, Disney também concorda com Boxer e não estabelece o pressuposto de um Estado da Índia que não podia pagar por sua conservação. Contudo, observa dois ingredientes de uma grave crise econômica que dificultara a conservação de Portugal como potência hegemônica no Índico: a diminuição progressiva das receitas e a elevação vertiginosa das despesas de certos postos comerciais, tais como Ormuz, Malaca e Diu. Sufocados pela nova concorrência comercial e militar, esses postos deixaram de enviar rendas a Goa, consumindo quantias cada vez mais vultosas em sua defesa. Some-se a isso o risco crescente do tráfico Goa-Lisboa, graças à deterioração das condições da carreira da Índia, em cujo percurso aumentara significativamente o número de viagens mal sucedidas. A explosão dos gastos militares extraordinários, fruto de uma política de oposição implacável à aparição de rivais europeu em águas asiáticas, também contribuiu para o esvaziamento dos cofres lusos (DISNEY, 1981, 67-89).

Ao analisar a disputa pela hegemonia política do Índico entre as décadas de 1630 e 1660, o autor argumenta que o sucesso de ingleses e holandeses em financiar sua expansão pode ser explicado pela maior eficiência e relativa modernidade de organização de suas companhias comerciais. Por outro lado, a dificuldade portuguesa para financiar a defesa de seu império já estabelecido seria explicada pela corrupção e negligência generalizadas dos funcionários da burocracia colonial, sobre a qual ainda pesava um corpo eclesiástico desnecessariamente robusto e faminto de recursos para o financiamento da obra de Cristo. Para Disney, a

persistência desses “velhos vícios” da administração colonial (tais como a negligência e a corrupção) também teria levado ao fracasso o estabelecimento da Companhia Portuguesa das Índias Orientais, neutralizando a inovação de modernidade e eficiência administrativa que essa iniciativa representava. (DISNEY, 1981, 74-77, 89 e 169-189).

A decadência sob a perspectiva indiana e espanhola

O indiano Sanjay Subrahmanyam (1961-) tem se dedicado ao estudo da presença portuguesa na Índia durante boa parte de sua carreira acadêmica. Em suas análises, há alguns pontos de destaque: em primeiro lugar, sua preocupação em descentrar a posição dos portugueses, atribuindo um maior protagonismo aos atores políticos asiáticos; em segundo, sua abordagem econômica, que chegou a conclusões diametralmente opostas às de parte importante da historiografia portuguesa do início do século XX.

Nos capítulos iniciais de “O império português na Ásia”, o autor problematiza a ideia de que o Estado da Índia era deficitário desde sua origem. Citando Vitorino Magalhães Godinho, estabelece uma natureza cíclica para as crises que acometiam os domínios ultramarinos portugueses em boa parte do século XVI, enxergando nelas as flutuações também cíclicas da economia do Índico. Contudo, não observa nessas crises uma ameaça à viabilidade financeira do Estado da Índia; antes, vê nelas a razão para uma “viragem estrutural” a partir de meados dos quinhentos, quando se tornou crescente a participação de particulares nas rotas interasiáticas (SUBRAHMANYAM, 1993, 119, 124-126). Por esse ângulo, o desenvolvimento do eixo do Extremo Oriente (Macau, Molucas, Nagasáqui) pode ser encarado como um desdobramento desse processo, o qual, se não contribuiu diretamente para o tesouro real em termos de participação no comércio estatal, ao menos elevou indiretamente seus ganhos por meio do crescimento dos direitos de alfândega arrecadados em Goa e Malaca (SUBRAHMANYAM, 1993, 141-149).

Parece evidente que se podia contestar facilmente a hipótese do “declínio”, uma vez que ocorreu nesta época uma clara expansão de oportunidades, embora acompanhadas por uma mudança de prioridades; o que entra indubitavelmente em declínio é o papel da coroa enquanto agente de comércio (SUBRAHMANYAM, 1993, p. 200).

No capítulo “O recuo do império”, Subrahmanyam aprofunda o argumento de Cortesão de que os portugueses se aproveitaram das conjunturas locais para erigir seu império na Ásia. Apesar de admitir que o recuo do século XVII fora catalisado pela capacidade militar holandesa, o autor enfatiza o caráter multidimensional do conflito luso-holandês, sobretudo pelo

envolvimento de terceiras partes asiáticas que ora pendiam para um lado, ora para o outro, o que tornava menos evidente o desfecho global desse conflito. Dessa maneira, o autor salienta que, após 1600, e mais ainda após 1620, os rivais holandeses (e também ingleses, em menor medida) teriam ganho terreno na Ásia sobretudo por meio da exploração de redes políticas e comerciais antiportuguesas (como no sultanato de Achém). A conquista do apoio de velhos aliados (como no caso da aliança entre os ingleses e a Pérsia safávida) também teve seu papel (SUBRAHMANYAM, 1993, pp. 221-225). É importante salientar, contudo, que algumas das perdas mais importantes sofridas pelo Estado da Índia após 1610 – Sirião, Ormuz, Ugulim, os portos do Canará e a perda do monopólio comercial no Japão – não se relacionaram às hostilidades holandesas (SUBRAHMANYAM, 1993, pp. 205-207), o que evidenciaria o protagonismo asiático no processo.

O autor constata, tal qual Disney, que o modelo de companhia comercial não pôde ser aplicado pelos portugueses com êxito. Contudo, em vez de questionar a eficiência dessa organização, Subrahmanyam prefere apontar para a existência prévia de um complexo aparato institucional, construído ao longo de um século de negociação e conflito com os reinos asiáticos, e cuja soberania não podia ser simplesmente transmitida para uma companhia de comércio. Além disso, nos lembra que muitas das possessões da VOC não beneficiaram as finanças da companhia, e que esta procurou, tal qual o Estado da Índia, exercer sua soberania onde quer que fosse possível, mesmo que não fosse justificável do ponto de vista comercial. Dessa forma, Subrahmanyam critica o argumento tradicional segundo o qual a VOC e a EIC seriam protótipos da moderna empresa comercial capitalista; antes, enfatiza que estas companhias copiaram grande parte do modelo português no Oriente, construindo-se numa racionalidade de funcionamento mais ligada ao Antigo Regime que ao Capitalismo ulterior (SUBRAHMANYAM, 1993, pp. 226-227, 252-253 e 300-304).

O espanhol Rafael Valladares (1965 -) tem demonstrado em sua obra um profundo interesse nas relações de aproximação e afastamento das monarquias ibéricas. Se Subrahmanyam atribui protagonismo aos povos orientais, Valladares procura salientar o papel espanhol, sob uma perspectiva integradora das histórias lusa e castelhana. Em sua obra “Castela e Portugal na Ásia”, ele expõe a impossibilidade de uma evolução em separado do mundo colonial português durante o período da União Ibérica. Estudioso desse período e da Restauração Bragantina, o autor defende que a história das monarquias ibéricas esteve tão imbricada que é difícil enquadrar sua experiência colonial em uma categoria nacional, pelo menos até meados do século XVII. Para ele, a influência dos Áustrias não foi sentida apenas no Portugal metropolitano, nem se restringiu em incitar a hostilidade dos inimigos de Madrid

contra os portugueses. (VALLADARES, 2001, pp. vii-xi).

Para Valladares, há certa obsessão da historiografia portuguesa em culpar o domínio espanhol pela queda do Estado da Índia. O autor, contudo, convida essa historiografia a confrontar suas fontes com as que se encontram nos arquivos espanhóis – os quais ainda teriam sido pouco consultados. Ele admite que os Habsburgo foram insensíveis às preocupações lusas em relação ao aporte mais valioso dos portugueses ao império hispânico: seus enclaves na Ásia e na África. Contudo, defende que esse aporte ocorrera quando a Ásia oferecia demasiados problemas ante as muitas soluções obtidas nas Américas – incluindo a portuguesa. Nesse ponto, não deixa de reconhecer a culpa espanhola no processo, mas somente por priorizar as possessões mais vantajosas na América, e não por gerir as possessões portuguesas intencionalmente de forma negligente. Para sustentar sua tese, o autor nos lembra de que houve planos espanhóis de melhorar a lucratividade do comércio oriental por meio do reinvestimento da prata americana, no âmbito de uma gestão unificada dos comércios asiático e americano. Contudo, conflitos entre mercadores e religiosos de parte a parte teriam impedido o sucesso dessas empreitadas: portugueses e espanhóis não queriam ceder suas posições, mesmo que para melhor proveito de ambos (VALLADARES, 2001, pp. 1-3 e 5-7).

Ao comparar os modelos imperiais dos reinos ibéricos, o autor exalta a plasticidade da administração colonial portuguesa – em que múltiplos estatutos políticos conviviam dentro do Estado da Índia – e sua capacidade de tirar o máximo proveito das contingências locais. Entretanto, ele atribui a esse mesmo modelo certos vícios, como a aristocratização da máquina administrativa, a tensão constante entre reinões e indiáticos, a corrupção generalizada e a hipertrofia da Igreja. Num momento de elevação dos custos de defesa, essas características travariam a máquina administrativa. Apesar disso, para Valladares os ataques holandeses não desequilibraram as finanças asiáticas. Recursos havia; contudo, eram desviados para propósitos particulares e faltavam ao serviço do rei. Conclui assim que a responsabilidade espanhola teria sido não conseguir reverter um estado de coisas de que não era responsável, apesar de haver vontade política para tal (VALLADARES, 2001, pp. 13-18).

[...] el orden social levantado en Estado da Índia mostró su incapacidad para afrontar los cambios que su debilidad pedía. Acostumbrados a engordar sus fortunas particulares mientras la corona corría con los gastos defensivos, exigir reformas suponía um riesgo difícil de asumir por una dinastía que, como la de los Austrias, se prestaba fácilmente a ser acusada de extranjera. (VALLADARES, 2001, p. 36)

Visões contemporâneas sobre velhos temas

Segundo Ângela Xavier, houve uma tendência de longa data na historiografia lusa de ser refratária a muitas das inquietudes teórico-metodológicas que caracterizaram o campo da história da expansão portuguesa em outras paragens. Contudo, a autora sugere que tem havido uma renovação nesse quadro nos últimos anos, em especial no que se refere ao diálogo com as reflexões mais contemporâneas no campo da História Social. Nesse contexto, ela destaca a atuação da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), instituição que dominou a cena editorial lusitana sobre o tema da expansão ultramarina até o início dos anos 2000, ao financiar diversos projetos de pesquisa nessa área (XAVIER, 2000, pp. 141-143).

É no contexto dessas novas reflexões – e no da atuação da CNCDP – que surgiu a “História da expansão portuguesa”. Obra coletiva em cinco volumes, que reúne alguns dos mais destacados autores da historiografia contemporânea de Portugal – incluindo alguns autores estrangeiros de atuação no mundo lusófono –, essa obra é marcada por questões típicas das novas abordagens da História Social (práticas de identidade, apropriação do espaço, disseminação das gentes etc.). Contudo, também trata da velha temática da decadência imperial, em meio às inquietações conceituais apontadas por Ângela Xavier.

Abrindo o segundo volume dessa obra, Romero Magalhães (1942 -) escreve um capítulo em que reflete sobre os limites da expansão portuguesa na Ásia. Por sua argumentação, desde o tratado de Tordesilhas os outros reinos cristãos se insurgiram contra o monopólio virtual dos reis ibéricos em relação às novas conquistas. Contudo, essa oposição só pôde ser exitosa quando os Países Baixos, por influência do estabelecimento da religião reformada, se rebelaram contra seu rei católico (1566), dando início a um processo que perturbaria posteriormente as condições de existência do império ultramarino luso-asiático (MAGALHÃES, 1998, p. 10). Segundo Magalhães, o Norte da Europa era imprescindível para a sobrevivência dos negócios portugueses na Ásia, seja como mercado consumidor, seja como fornecedor de produtos para as trocas comerciais no Oriente. Nesse processo, Antuérpia funcionava como intermediário essencial, o que lhe converteu em importante centro financeiro. Não obstante, quando, durante a revolta holandesa, o sul dos Países Baixos se viu ocupado pelos espanhóis, o complexo econômico flamengo se viu obrigado a mudar-se para Amsterdã. E os portugueses, que a princípio não tinham relação com a revolta holandesa, logo perceberam que lhes interessava manter as relações comerciais com o norte protestante, e não com o enfraquecido sul católico.

Em 1585, Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal) determinou o fechamento dos portos portugueses aos navios de holandeses e ingleses, na ânsia de destruir economicamente aqueles povos. Não compreendia, contudo, a importância das relações comerciais entre

Portugal e o Norte da Europa para a manutenção da porção asiática de seu próprio império, nem previa que estes pudessem ser compelidos a buscar as especiarias asiáticas na fonte, animados por um crescente poderio marítimo-militar (MAGALHÃES, 1998, pp. 10-12). Por ironia, a medida de Filipe II teria permitido aos reinos protestantes “experimentar forças” e “tentar enfraquecer o império espanhol” (MAGALHÃES, 1998, p. 11) – apesar de ser bem provável que ingleses e holandeses não tivessem a menor ideia das consequências de sua aventura asiática, ao se lançarem contra o poderoso império Habsburgo.

Um atavismo importante em Magalhães consiste em afirmar que “as formas de organização e de atuação da VOC estão na base do êxito dos holandeses no Extremo Oriente” (MAGALHÃES, 1998, p. 16). Para ele, os holandeses mobilizavam mais facilmente seus capitais burgueses, o que lhes propiciaria manter melhores níveis salariais e de formas de organização de soldados, marinheiros e burocratas. Além disso, as diferenças no trato com os gentios lhes permitiria angariar aliados entre os desafetos dos portugueses. Contudo, apesar de identificar essa superioridade técnica e de comportamento, reconhece o autor que o coração econômico do império português no Índico (o eixo Ormuz-Goa-Malaca) era demasiadamente rígido para ser atacado diretamente. Por isso, Magalhães aponta que a estratégia holandesa consistiu em atacar os portugueses pela periferia, onde sua organização estava menos consolidada (MAGALHÃES, 1998, pp. 15-16).

Contradizendo Valladares, Magalhães argumenta que os espanhóis sacrificaram propositalmente as possessões portuguesas para proteger as próprias durante as negociações de paz com os holandeses. Ademais, conjuga a desarticulação militar do Estado da Índia aos erros da política externa Habsburgo e à sua negligência com as possessões dos Avis, a fim de explicar a sucessão de perdas territoriais que acometeriam os portugueses. Contudo, termina o capítulo concordando com Boxer, afirmando que não houve um declínio generalizado, mas uma redefinição espacial do império português, que de asiático tornou-se cada vez mais atlântico na segunda metade do século XVII (MAGALHÃES, 1998, pp. 21 e 27).

O indiano Kirti Chaudhuri (1934 -) teve papel decisivo na construção da “História da expansão portuguesa”, compartilhando com o português Francisco Bethencourt a responsabilidade de organizar os cinco volumes. Em um dos capítulos da obra, Chaudhuri se dedica a analisar a concorrência holandesa e inglesa ao Estado da Índia. Nele, o autor considera, assim como Romero Magalhães, que em 1580 era muito pouco evidente aos Habsburgo que o Estado da Índia enfrentaria tantos problemas nas décadas seguintes.

Todas as grandes descobertas oceânicas haviam tido lugar sob a liderança de Espanha e Portugal. O Atlântico e o Índico eram reconhecidos internacionalmente como sendo

teatros de ação conjunta iniciados pelas duas nações ibéricas. Era quase impensável que uma dinastia política que controlava a maior parte da Europa continental e a respectiva frota marítima pudesse alguma vez vir a ser desafiada por duas pequenas nações da Europa do Norte, fracas em recursos naturais e até humanos (CHAUDHURI, 1998, p. 83).

Contudo, o autor alega que as autoridades do Estado da Índia tinham uma clara noção do quanto a concorrência holandesa e inglesa ameaçava seu espaço de atuação no Índico, lembrando que os contemporâneos atribuíram frequentemente seus reveses à união dinástica com a Espanha. Contudo, Chaudhuri aponta o papel decisivo que a política portuguesa de monopólio armado do comércio asiático teve em produzir uma “concorrência armada” contra holandeses e ingleses, mesmo em regiões em que os portugueses não dispunham de qualquer estatuto de soberania (CHAUDHURI, 1998, pp. 84-85). Por isso, afirma a impossibilidade de explicar a agressão holandesa e inglesa apenas como mera retaliação política aos espanhóis.

Segundo o autor, a fragilidade das forças navais asiáticas levava os reinos orientais à busca do apoio naval de europeus contra europeus. Isso concorria para que os conflitos entre as nações do Norte Europeu e os reinos ibéricos reforçassem a “concorrência armada” nos mares, num momento em que holandeses e ingleses experimentavam um grande desenvolvimento tecnológico nesse setor. Em retrospectiva, esse contexto se mostrou desastroso para os portugueses. Contudo, Chaudhuri nos lembra que a influência do Estado da Índia permaneceu forte na Ásia seiscentista, mesmo após a queda de Malaca, Colombo e Cochim. Além disso, revela que os europeus do Norte também sofreriam muitos reveses, enfrentando as pesadas despesas decorrentes da manutenção de poderosas forças navais (CHAUDHURI, 1998, pp. 83-85, 93 e 104).

Chaudhuri partilha do argumento segundo o qual o sucesso ou o fracasso das potências europeias na Ásia devem ser buscados nas diferenças de organização entre seus empreendimentos ultramarinos. Para ele, a organização administrativa do Estado da Índia padecia de alguns vícios difíceis de superar, tais como a qualidade incerta das lideranças e a conseqüente falta de motivação e pouca eficiência do pessoal; a crônica luta de facções entre os altos funcionários da administração colonial; além de falta de autodisciplina generalizada da burocracia e da soldadesca. Em contrapartida, contrasta essa organização com a das companhias privadas de comércio: organizações burocráticas e impessoais assentes em regras pautadas na rentabilidade e no desempenho de suas ações. Os objetivos mais estritos dessas companhias (sem qualquer pretensão de salvar almas) e os esforços de manutenção de um padrão de eficiência e incorruptibilidade teriam contribuído para o êxito de suas ações. Dessa forma, o autor considera a VOC e a EIC como as primeiras experiências exitosas no campo das

organizações capitalistas multinacionais, contra as quais o Estado da Índia e seus métodos comerciais arcaicos tinham poucas chances de sucesso (CHAUDHURI, pp. 86 e 106).

Francisco Bethencourt (1955 -), outro dos organizadores da “História da expansão portuguesa”, também tomou parte nessa discussão. No capítulo “Competição entre impérios”, Bethencourt faz uma comparação entre os modelos imperiais de lusos, holandeses e ingleses para tecer algumas considerações a respeito dos embates empreendidos por eles não somente na Ásia, mas também nas Américas. No início do capítulo, o autor faz referência aos diários de viagem do negociante florentino Francesco Carletti, o qual teve a oportunidade de navegar com portugueses e holandeses. Nesses diários, Carletti tece críticas áridas ao que Bethencourt chamou de “cultura organizacional” dos portugueses, nas quais aponta, entre outros vícios, a corrupção dos oficiais, a indisciplina militar e a sobreposição de interesses individuais aos interesses de Estado. Para o autor, ao discutir se os problemas narrados por Carletti no século XVII persistiram desde a gênese da empresa expansionista portuguesa, corria-se o risco de cair no “mito da decadência”; o próprio florentino aponta numerosos exemplos de bom planejamento militar e administrativo nesse período. Contudo, Bethencourt admite que o laxismo detectado por Carletti adviria de dois fatores: a escassez de recursos, que atrasava o pagamento dos ordenados e aumentava o clima de “salve-se quem puder”; e os mais de cem anos de sedimentação do império, em que a lógica da redistribuição da renda pela remuneração dos serviços prestados se sobrepôs à lógica de eficiência encontrada nas primeiras expedições (BETHENCOURT, 1998, pp. 361-363).

Bethencourt concorda com Chaudhuri e Magalhães ao assinalar que holandeses e ingleses procuraram se inserir nas periferias do Estado da Índia. Contudo, ressalta que estes não empreenderam qualquer esforço missioneiro ou de enraizamento local em suas empresas de expansão – tal qual os portugueses – mantendo nelas um caráter puramente comercial. Apesar da forma organizativa mais eficiente da VOC, afirma o autor que império colonial holandês possuía muitas características similares ao do império português, se utilizado de alguns expedientes típicos dos lusos, tais como o corso, o saque e a manutenção de feitorias deficitárias para a satisfação de interesses particulares. Entretanto, Bethencourt salienta, a despeito dessas similaridades, o caráter de sociedade de ações da VOC, com base alargada de investidores e distribuição de dividendos das ações – o que criava uma demanda por rentabilidade. Bem diferente era o caso português, em que os rendimentos esvaíam-se no pagamento dos ordenados de funcionários régios e na manutenção de uma robusta estrutura eclesiástica (BETHENCOURT, 1998, pp. 364-366).

Ao comentar sobre o fracasso da Companhia Portuguesa das Índias Orientais,

Bethencourt lança mão de Weber, atribuindo à atitude patrimonialista das elites lusitanas o motivo para a impossibilidade de se construir uma companhia nos moldes da VOC. O desinteresse de investidores particulares portugueses pela iniciativa resultaria da existência de outros canais de negócios no Estado da Índia – tais como saques, subornos, as mais variadas formas de contrabando, além das quintaladas e liberdades. Para o autor, o funcionamento das elites portuguesas teria mantido, pelo menos até o século XIX, uma matriz de troca de favores entre particulares e a Coroa, evitando o livre investimento de particulares em atividades econômicas supostamente rentáveis (BETHENCOURT, 1998, pp. 367-370). Por fim, Bethencourt aponta para a frouxidão das inter-relações entre as várias partes do império português, reflexo da dificuldade de centralização política. Segundo o autor, o caráter fragmentário do modelo imperial português na Ásia teve um profundo impacto em sua evolução política ulterior.

A ausência de um organismo central especializado, que refletisse sobre a experiência acumulada e definisse linhas de atuação coerentes para todo o império, contribuiu para a manutenção de uma cultura administrativa relativamente fragmentária, com soluções mais flexíveis e adequadas ao contexto, mas com estruturas intermédias mais vulneráveis, fenômeno responsável pela dificuldade de mobilizar recursos de uma para outra região em momentos de crise profunda de todo o sistema, como aconteceu nos anos de 1630 a 1660 no Estado da Índia (BETHENCOURT, 1998, p. 382).

O presente de olho no passado

Ao passarmos em revista esse complexo panorama, podemos construir um quadro que permite agrupar os autores apresentados em dois momentos históricos distintos. No primeiro momento, compreendido entre o século XIX e meados do século XX, o que se nos apresenta é o peso da tese decadentista de Herculano, a qual teve inegável influência sobre boa parte da historiografia portuguesa ulterior. Aqui, produziu-se uma historiografia mais preocupada em demonstrar a decadência portuguesa do presente que analisar a dramática diminuição do Estado da Índia no passado. Diversos autores desse período buscaram nesse passado – nas experiências vividas pelos portugueses no Índico dos Seiscentos – respostas a questionamentos importantes para Portugal de então, sobretudo em relação à sua constante instabilidade política e à sua perda de prestígio internacional. No segundo momento, delimitado entre meados do século XX e os dias atuais, encontramos uma historiografia menos preocupada com o presente e mais interessada em analisar o recuo do Estado da Índia *per si*. Nessa busca de uma análise mais autônoma do passado, diversificaram-se as abordagens e os discursos explicativos, muitas vezes contradizendo as teses defendidas pelos autores do momento anterior. Entretanto, apesar dos

novos olhares lançados sobre o tema, observam-se algumas permanências dos discursos decadentistas, sobretudo no que diz respeito a possíveis vícios da administração colonial portuguesa. Esses vícios, enraizados desde o momento de constituição da empresa expansionista portuguesa, constituiriam parte importante da explicação para seu insucesso posterior em concorrer contra formas organizativas pretensamente mais eficientes – as companhias comerciais de ingleses e holandeses do século XVII. No primeiro bloco de autores, a toada desalentada de Herculano domina a cena, no que é acompanhada por diversos autores – como Quental, Oliveira Martins, e mesmo António Sérgio e Lúcio de Azevedo. Por meio de Herculano, impõe-se a tendência de repartir o discurso histórico nacional português em fases: uma de apogeu, outra de declínio – esta última caracterizada como um processo de longuíssima duração, iniciado na época dos descobrimentos e ainda a se concretizar no presente. Nas linhas desses autores transparece certa carga de inquietação diante do momento histórico em que viveram (CRUZ, 1998, p. 12), marcado pela instabilidade política e por uma noção geral de atraso político e econômico da Península Ibérica em relação às nações do Norte Europeu⁸. Duas linhas de interpretação predominam. A primeira parte do pressuposto de que a expansão portuguesa no Índico tivera um efeito desorganizador sobre a economia do reino de Portugal. Podemos observar esse discurso em Quental, para quem o espírito guerreiro das conquistas ultramarinas era antiprodutivo; em Oliveira Martins, para quem os portugueses negligenciaram seus interesses em solo europeu para se dedicar às riquezas exóticas; e em António Sérgio, para quem o comércio da Carreira da Índia trazia mais proveito para a indústria do Norte Europeu que para Portugal. O segundo argumento recorrente nessas obras estabelece o déficit crônico das finanças do Estado da Índia, cujas riquezas, ilusórias, não pagariam os custos de sua manutenção. Podemos observar esse discurso outra vez em Oliveira Martins, para quem as possessões asiáticas representavam uma sangria de recursos; e em Lúcio de Azevedo, para quem os lucros exorbitantes das primeiras expedições impediram os portugueses de enxergar o círculo vicioso de empréstimos impagáveis em que o reino se afundou por causa de sua obra expansionista.

Um importante ponto de aproximação na obra desses autores reside na procura das causas da decadência do Estado da Índia já no início de sua construção, no começo do século XVI. Aqui observamos forte influência da tradição de Herculano em repartir a história portuguesa em duas épocas antagônicas: uma era áurea – situada na Baixa Idade Média – e uma era decadente, cujo início coincide com as primeiras expedições para a Ásia. Por esse motivo,

⁸ Para uma compreensão do momento político vivido pelos autores da segunda metade do século XIX e do início do século XX: (v. HOMEM; MARQUES; MEDINA. In: TENGARRINHA, 2000).

esses autores construíram suas teses a partir da análise da primeira metade do século XVI, a qual, para eles, teria visto nascer a empresa ultramarina portuguesa já com os germes de sua decadência ulterior, seja por não se sustentar financeiramente, seja por corromper moral e economicamente a nação lusa, seja por uma conjunção desses fatores.

Num esforço de superar esses argumentos teleológicos, Cortesão procura explicações para o “descalabro” do Estado da Índia em períodos posteriores. Para ele, a crise gerada no reinado de D. Sebastião terá seu papel decisivo na decadência da Ásia portuguesa, sobretudo pela onda de intolerância religiosa aos nativos que tivera lugar nesse período. Aqui, Cortesão se aproxima do anticlericalismo de autores do século XIX – traço bastante vívido da obra de Quental –, ao atribuir ao contexto “arcaizante” da Contrarreforma a perda de legitimidade dos portugueses perante os reinos asiáticos. Por outro lado, o autor não nega a influência que determinados vícios de origem terão sobre a evolução do Estado da Índia. O conteúdo dessas explicações, contudo, será outro: para Cortesão, a falência do Estado da Índia decorreu de uma espécie de evolução anormal do Estado Moderno português, em que o nanismo da burguesia e a hipertrofia da nobreza impediram o desenvolvimento dessa empresa colonial como uma empresa capitalista, tal qual ocorreu às companhias comerciais do Norte Europeu.

No segundo bloco desse trabalho, há uma disposição geral por desconsiderar a tese de Herculano dos dois ciclos da história portuguesa, descolando o processo de decadência do Estado da Índia da ideia de uma era de declínio. Dessa forma, os autores desse bloco procuraram circunscrever o processo de diminuição do Estado da Índia ao período em que ocorreram, de fato, suas maiores perdas territoriais – ou seja, à primeira metade do século XVII. Como resultado, suas teses vão assumir outro conteúdo, enfatizando o papel que a União Ibérica e a concorrência de outras potências europeias tiveram nesse processo. Um dos argumentos mais caros aos autores do primeiro bloco – a defesa do efeito desorganizador da expansão ultramarina sobre a economia da metrópole portuguesa – foi totalmente desconsiderado pelos autores do segundo bloco. Ao contrário daqueles, estes não tiveram a intenção premente de explicar, por essa tese, a posição periférica da economia de Portugal nos séculos XIX e XX. Autores como Valladares, Subrahmanyam e Disney questionarão inclusive se o Estado da Índia era deficitário desde sua origem, indo de encontro às teses de Oliveira Martins e Lúcio de Azevedo.

Para Disney, a crise financeira da economia colonial veio somente com o século XVII, não tanto pela diminuição da rentabilidade do comércio oriental, mas sobretudo pelo aumento vertiginoso dos gastos militares. Por outro lado, Subrahmanyam argumenta que mesmo nesse período o Estado da Índia continuou superavitário (especialmente devido à presença crescente de particulares no comércio do Índico, o que ele chama de “a viragem estrutural” de meados do

século XVI). Todavia, o indiano reconhece que, em alguns anos, as finanças coloniais ficaram perigosamente próximas de uma situação de equilíbrio entre receitas e despesas. Valladares, por seu turno, enfatiza a existência de recursos suficientes para a defesa do império, os quais só faltaram devido a um vício de sua estrutura administrativa, segundo o qual as rendas eram fortemente desviadas para outras finalidades, sobretudo para engordar a fortuna de funcionários da administração colonial.

Algo que chama a atenção nos autores mais contemporâneos é certa obsessão por apontar vícios na estrutura administrativa do Estado da Índia, o que constitui uma espécie de permanência das teses decadentistas do século XIX. A revisitação dessas teses pode ser encarada como um atavismo do tom lastimoso presente nos discursos das principais fontes escritas no período estudado por eles (a primeira metade do século XVII). Paradoxalmente, muitos desses autores viram nas características que garantiram o sucesso da empresa colonial portuguesa nos Seiscentos uma série de vícios que diminuiriam sua capacidade de reação ante os inimigos mais bem preparados e organizados do século seguinte. E isto teria decorrido de um processo de enraizamento que produzira uma estrutura administrativa viciada, ultrapassada, sedimentada, incapaz de inovar para sobreviver a novas condições de existência.

É essa a percepção de Disney, quando destaca a maior eficiência das companhias de comércio do Norte Europeu diante da estrutura administrativa do Estado da Índia, incapaz de se reinventar na forma de uma companhia de comércio nos moldes das suas concorrentes. E isto, justamente pelo afloramento de alguns dos seus vícios, sobretudo a sobreposição de interesses particulares. Para Magalhães, as formas organizativas do Estado da Índia eram cronicamente menos eficientes que as da VOC. Chaudhuri concorda, e culpa os vícios de organização do Estado da Índia pela difícil situação dos lusos na concorrência com a VOC e a EIC, vistas por ele como as primeiras organizações capitalistas multinacionais.

Por outro lado, Bethencourt problematiza a ideia de uma administração portuguesa viciada no Oriente, apontando para exemplos de bom planejamento em pleno século XVII. Contudo, também não supera esse esquema explicativo, ao considerar que a falta de recursos e a sedimentação do império teriam agravado o pior dos vícios da Ásia Portuguesa: a sobreposição dos interesses particulares à eficiência da administração. Valladares, como Bethencourt, ressalta a importância que a flexibilidade administrativa e o elevado grau de autonomia local tiveram para o sucesso do Estado da Índia no século XVI. Contudo, ambos reconhecem que esse estado de coisas contribuiu para o vício da aristocratização da administração colonial, o qual tendia a comprometer a eficiência financeira e estratégica no século XVII. Não pretendemos aqui afirmar que os autores mencionados nos últimos parágrafos

tenham se restringido a dar outro conteúdo às teses de Herculano ou Oliveira Martins. Chaudhuri, por exemplo, enfatiza o papel da política lusa de concorrência armada em impulsionar os ataques holandeses e ingleses contra as possessões do Estado da Índia. Subrahmanyam, por seu turno, destaca o caráter multidimensional do conflito luso-holandês, em que a atuação de terceiras partes asiáticas teria sido mais importante que qualquer vício da estrutura do Estado da Índia. Já Magalhães ressalta a dificuldade que os holandeses tiveram de atacar o núcleo político do Estado da Índia (o eixo Ormuz-Goa-Malaca), razão pela qual os batavos preferiram erodi-lo pela periferia. Além disso, reconhece, tal qual o fez Boxer trinta anos antes, que boa parte da explicação do recuo imperial na Ásia teve mais relação com uma redefinição espacial dos interesses coloniais portugueses, cada vez mais concentrados no Atlântico Sul. Bethencourt admite que ingleses e holandeses copiaram em grande medida as formas de atuação dos portugueses. E Subrahmanyam vai mais além: para ele, a companhia holandesa agia muito mais pela racionalidade do Antigo Regime, ao empreender estratégias de ação que pouco diferiram das dos lusos, e as quais nem sempre consideravam a lucratividade como fim principal. Dessa forma, o indiano desqualifica a VOC como protótipo da moderna empresa capitalista, em oposição a um Estado da Índia arcaico e decadente.

Com as últimas linhas, esperamos que tenha se esclarecido o quanto a historiografia do último meio século procurou diversificar as abordagens sobre o tema da decadência do Estado da Índia, criando outros discursos explicativos e levantando novas possibilidades de análise. Contudo, entendemos que mesmo esses discursos precisaram lidar, em maior ou menos medida, com os atavismos das teses decadentistas do século XIX, os quais ainda provavelmente permeiam a maneira como vemos o passado do império colonial português.

Nesse sentido, é provável que Boxer tenha sido o autor que sugeriu a possibilidade de análise mais interessante. Apesar de culpar os holandeses pela derrocada dos portugueses, reconhecendo-lhes uma superioridade na organização militar e na administração colonial – em contraposição aos vícios da administração portuguesa –, o britânico nos oferece uma alternativa à visão decadentista, ao valorizar a tenacidade e a capacidade de recuperação dos portugueses durante o assalto holandês às suas possessões asiáticas. Assim, ao refletirmos a respeito do argumento de Boxer, talvez possamos deixar de escrever uma História das negações, preocupada com as ausências, as perdas, as decadências, para em seu lugar escrevermos uma História que também valorize as presenças, a obra feita, os contatos mantidos, as implicações duradouras. Mas para isso precisamos questionar os condicionalismos herdados, os axiomas e as noções consolidadas, tais como as noções de “crise” e “decadência”: estas duas negações que tão profunda influência exercem na maneira como enxergamos determinados processos

históricos, restringindo nossas possibilidades de olhar o passado (e o presente).

Referências Bibliográficas:

- AZEVEDO, João L. *Épocas de Portugal econômico*. 2ª Ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1947.
- BAIÃO, António. “A política de D. Francisco de Almeida, de Afonso de Albuquerque e de D. João de Castro. Outros governadores e vice-reis de mais eficiente ação (1505-1580)”. In: _____. (dir.). *História da expansão portuguesa no mundo*. v. II. Lisboa: Ática, 1939.
- BETHENCOURT, Francisco. “Competição entre impérios europeus”. In: _____. (org.). *História da expansão portuguesa*. v. II. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, pp. 361-382.
- BOXER, Charles. *A Igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- _____. *A Índia Portuguesa em meados do século XVII*. Trad. Luís M. N. Barão. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- _____. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Trad. Anna Olga de B Barreto. 3ª reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- BURKE, Peter. “Abertura: a nova História, seu passado e seu futuro” In: _____. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHAUDHURI, Kirti. “A concorrência holandesa e inglesa”. In: BETHENCOURT, F. _____. (org.). *História da expansão portuguesa*. v. II. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, pp. 82-106.
- CORTESÃO, Jaime. “Domínio ultramarino”. In: PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*. v. V. Barcelos (Port.): Portucalense, 1933, pp. 319-389.
- _____. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- CRUZ, Maria Leonor García. *Os “fumos da Índia”*: uma leitura crítica da expansão portuguesa. Lisboa: Cosmos, 1998.
- DISNEY, A. R. *A decadência do império da pimenta: comércio português na Índia no início do século XVII*. Trad. Pedro Jordão. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FALCON, Francisco. “Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo”. In: *Estudos Históricos*, n. 1. Rio de Janeiro, 1988, p. 79-99.
- FARIA, Patrícia Souza de. *A conversão das almas do Oriente: franciscanos, poder e catolicismo em Goa: séculos XVI e XVII*. Tese de doutorado. Niteroi: UFF, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro:

Forense, 2008.

HERCULANO, Alexandre. “Antologia de textos” (“Carta V sobre a História de Portugal”, “A perda de Arzila”, “Cogitações soltas de um homem obscuro”, “Solemnia Verba”). In: CRUZ, Maria Leonor García. *Os “fumos da Índia”: uma leitura crítica da expansão portuguesa*. (Antologia de textos). Lisboa: Cosmos, 1998, pp. 323-346.

MAGALHÃES, J. A. Romero. “Os limites da expansão asiática”. In: BETHENCOURT, F. CHAUDHURI, K. (orgs.) *História da expansão portuguesa*. v. II. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, pp. 8-27.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. de. *História da Civilização Ibérica*. v. VII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987.

_____. *História de Portugal*. v. II. 3ª Ed. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882. Disponível em: <<http://purl.pt/217>>, Acessado em: 18 de janeiro de 2012.

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos*. Porto: Typographia commercial, 1871.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. “Charles Boxer: História e historiografia”. In: OLIVEIRA, C. et. al. (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: Biografia & História Intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português. 1500-1700: uma História Política e Econômica*. São Paulo: Difel, 1995.

TAVARES, Célia C. S. *A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)*. Tese de doutorado. Niteroi: UFF, 2002.

TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2000.

THOMAZ, Luis Filipe R. F. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Ed. Difel, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. MONTEIRO, Rodrigo B. *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

VALLADARES, Rafael. *Castilla y Portugal em Asia*. Leuven: Leuven University, 2001.

XAVIER, Ângela Barreto. “Tendências na Historiografia da expansão portuguesa: reflexões sobre os destinos da História Social”. In: *Penélope*, nº 22, 2000, p. 141-179.